# Balanço Patrimonial de Janeiro a Dezembro/2017

0182 APM DA EMEB DR JOSE FERRAZ DE M CASTRO

Rua Doutor José Ferraz de Magalhães Castro, 155

Independência - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

49.528.706/0001-10

Folha: 001

Descrição	2017
ATIVO	5.541,45 D
CIRCULANTE	5.541,45 D
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	5.513,96 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO - GOV MUNICIPAL	53,24 D
BANCO DO BRASIL S/A - CADERNETA DE POUPANÇA	53,24 D
APLICAÇÕES FINANCEIRAS - COM RESTRIÇÕES - GOV FEDERAL	5.460,72 D
BANCO DO BRASIL S/A - PDDE BASICO - FUNDO INVESTIMENTO	5.460,72 D
CREDITOS	27,49 D
CREDITOS A RECEBER	27,49 D
OUTROS VALORES A RECEBER	27,49 D
PASSIVO E PATRIMONIO LÍQUIDO	5.541,45 C
CIRCULANTE	5.541,45 C
CONTAS A PAGAR	68,40 C
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS - TERCEIROS	68,40 C
ISSQN - FONTE	68,40 C
RECURSOS DE ENTIDADE PÚBLICA NACIONAL (1)	12,33 C
RECURSOS DO GOVERNO MUNICIPAL	12,33 C
ENTRADA DE RECURSOS - TERMO DE COLABORAÇÃO - SE	39.920,00 C
RENDIMENTOS APLICAÇÃO FINANCEIRAS	240,29 C
( - ) RECURSOS APLICADOS	40.147,96 D
RECURSOS DE ENTIDADE PUBLICA NACIONAL (2)	5.460,72 C
RECURSOS DO GOVERNO FEDERAL - PDDE BÁSICO	5.460,72 C
ENTRADA DE RECURSOS	10.920,00 C
RECURSOS REPROGRAMADOS EXERCÍCIO ANTERIOR	5.439,03 C
RENDIMENTOS APLICAÇÃO FINANCEIRA	310,02 C
( - ) RECURSOS APLICADOS	11.208,33 D

MARIA DE SANTANA DA CRUZ DIRETORA EXECUTIVA C.P.F.: 293.886.168-04 MARIA DE LOURDES ROCHA Contador CRC Nº : 1SP215598/O-9

VINITHY ASSESSORIA CONTABIL

# Demonstração do Resultado do Periodo Encerrado de Janeiro a Dezembro/2017

0182 APM DA EMEB DR JOSE FERRAZ DE M CASTRO

49.528.706/0001-10

Folha: 001

Rua Doutor José Ferraz de Magalhães Castro, 155

Independência - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP

Descrição	Valor
RECEITAS	51.356,29 C
RECEITAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	51.356,29 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	40.147,96 C
GOVERNO MUNICIPAL	40.147,96 C
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC. EDUCAÇÃO	40.147,96 C
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL	11.208,33 C
GOVERNO FEDERAL	11.208,33 C
PDDE BÁSICO	11.208,33 C
DESPESAS	51.356,29 D
DESPESAS DE PROJETOS - COM RESTRIÇÃO	51.356,29 D
ATIVIDADE DE APOIO EDUCACIONAL - GOV MUNICIPAL	40.147,96 D
TERMO DE COLABORAÇÃO - SEC EDUCAÇÃO	40.147,96 D
MATERIAIS DIVERSOS	10.973,78 D
SERVIÇOS DE TERCEIROS	314,34 D
LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS	8.600,00 D
ESTUDO DO MEIO (PASSEIOS)	4.520,00 D
SERVIÇOS DE CONTABILIDADE	4.380,00 D
CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES	11.359,84 D
ATIVIDADE EDUCACIONAL - GOV FEDERAL	11.208,33 D
PDDE BASICO	11.208,33 D
MATERIAIS E SERVIÇOS DIVERSOS	5.472,20 D
BENS E MAT PERMANENTE (DOADOS AO MSBC E DE USO EXCLUSIVO)	5.736,13 D

Demonstração do Saldo Final		
Resultado do Período		
Superavit do período	0,00	

Demonstração do Resultado do Periodo En	cerrado de Janeiro a Dezembro/2017
0182 APM DA EMEB DR JOSE FERRAZ DE M CASTRO	Folha: 002
Rua Doutor José Ferraz de Magalhães Castro, 155	49.528.706/0001-10
Independência - SAO BERNARDO DO CAMPO/SP	
Descrição	Valor
Descrição	Valui
MARIA DE SANTANA DA CRUZ	MADIA DE LOUDDES DOCUA
MARIA DE SANTAINA DA CRUZ DIRETORA EXECUTIVA C.P.F.: 293.886.168-04	MARIA DE LOURDES ROCHA Contador CRC № : 1SP215598/O-9
C.F.1 293.000.100-04	CRC N . 13F 213390/0-9
VINITHY ASSESSORIA CONTABIL	

# APM DA EMEB DR. JOSÉ FERRAZ MAGALHÃES CASTRO

Rua Dr. José Ferraz M Castro, 155 Vila Rosa- S B DO CAMPO - SP CNPJ 49.528.706/0001-10

# Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Direto - Exercício Findo em 31/12/2017

Flux	o de Caixa das Atividades Operacionais	2017 -	R\$	2016 -	- R\$
	Recursos Recebidos		•		
(+)	Entidades Governamentais (com restrição)	50.840,00		62.411,30	
(+)	Entidades Privadas	0,00		0,00	
(+)	Doações e Contribuições Voluntárias	0,00		0,00	
(+)	Próprias	36,66		0,00	
(+)	Rendimentos Financeiros	550,31		1.959,40	
(+)	Outros	27,49		0,00	
(-)	Devolução de Recursos	0,00		-64,80	
	Pagamentos Realizados				
(-)	Aquisição de Bens e Serviços (com restrição)	-51.356,29		-62.436,15	
(-)	Aquisição de Bens e Serviços (sem restrição)	0,00		0,00	
(-)	Contribuições Sociais, Impostos e Taxas	0,00		0,00	
(-)	Outros Pagamentos	0,00		0,00	
(=) C	Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		98,17		1.869,75
Flux	o de Caixa das Atividades de Investimento				
_	Recursos Recebidos pela Venda de Bens	0,00		0,00	
1 ' '	Outros Recebimentos por Investimentos Realizados	0,00		0,00	
(-)	Aquisições de Bens e Direitos para o Ativo	0,00		0,00	
(=) C	Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investim	ento	0,00		0,00
	o de Caixa das Atividades de Financiamento	0.00		0.00	
	Recebimento de Empréstimos	0,00		0,00	
	Outros Recebimentos por Financiamentos	0,00		0,00	
	-	0,00		0,00	
(-)	Pagamento de Arrendamento Mercantil	0,00		0,00	
(=) C	Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financia	mento	0,00		0,00
(=) A	Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa		98,17		1.869,75
Caix	a e Equivalente de Caixa no Início do Período		5.443,28		3.573,53
Caix	a e Equivalente de Caixa no Final do Período		5.541,45		5.443,28

Maria de Santan da Cruz

Diretora Executiva

Maria de Lourdes Rocha

Contadora CRC 1SP215598/O-9

# APM DA EMEB DR. JOSÉ FERRAZ MAGALHÃES CASTRO

Rua Dr. José Ferraz M Castro, 155 Vila Rosa- S B DO CAMPO - SP CNPJ 49.528.706/0001-10

# Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - Exercício Findo em 31/12/2017

Histórico	Patrimônio Social	Superavit/Déficit Acumulado	Superavit/Déficit do Exercício	Patrimônio Líquido
Saldo em 31/dez/2015	2.491,76	0,00	1.111,69	3.603,45
Déficit/Superavit Acumulado	1.111,69	0,00	-1.111,69	0,00
Déficit do Exercício de 2016	-	-	1.821,03	1.821,03
Saldo em 31/dez/2016	3.603,45	0,00	1.821,03	5.424,48
Déficit/Superavit Acumulado	1.821,03	0,00	-1.821,03	0,00
Ajuste mudança de Critérios	-5.424,48		0,00	-5.424,48
Superavit do Exercício de 2017			0,00	
Saldo em 31/dez/2017	0,00	0,00	0,00	0,00

Maria de Santana da Cruz

Maria de Lourdes Rocha
Diretora Executiva

Contadora CRC 1SP 215598/O-9

### Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis

### Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A APM da Emeb Dr. José Ferraz de Magalhães Castro é uma pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de associação, de prazo indeterminado de duração, com objetivos sociais e educativos, sem fins econômicos, sem caráter político racial ou religioso.

São objetivos da Entidade, conforme artigo 3º do seu Estatuto:

- I auxiliar a direção da escola na consecução de seus objetivos educacionais;
- II representar, junto à direção do estabelecimento, as aspirações da comunidade, constituída de pais, alunos e professores;
- III participar de comemorações cívicas, campanhas comunitárias, promoções de natureza cultural, esportiva e assistencial, e outras atividades em que se empenhe a escola, especialmente as relativas ao calendário cívico, cultural e religioso do Município, e ao Dia do Patrono;
- IV realizar campanhas, em conjunto com a direção da Unidade Escolar, destinadas a melhorar as condições de funcionamento da escola;
  - V auxiliar os alunos carentes de recursos na aquisição de vestuário e de material didático;
- VI colaborar com a Unidade Escolar no tocante à segurança, conservação do prédio, equipamentos, material didático e limpeza das instalações e dependências;
- VII promover cursos, sessões de estudo, seminários, conferências e outras atividades tendentes a elevar o nível de eficiência operacional da escola;
- VIII programar o uso da Unidade Escolar pela comunidade, nos fins de semana e período de férias, ampliando o seu conceito de casa de ensino para centro de atividades comunitárias;
- IX acompanhar as atividades escolares, na qualidade de observadora e colaboradora, respeitados os regulamentos da Unidade de Ensino;
  - X premiar os alunos que se destacarem em torneios culturais, artísticos ou esportivos durante o ano letivo;
- XI elaborar plano anual de atividades, integrado com o plano escolar, de modo a atingir os objetivos anteriores especificados.

Sua sede está localizada na cidade de São Bernardo do Campo, Rua Dr. José Ferraz de Magalhães Castro, 155 Vila Rosa CEP 09862-330, no Estado de São Paulo.

## 2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2017, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei No. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução No. 1.374/11 (NBC TG), que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Associações sem Fins Lucrativos, e especialmente a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das Associações sem finalidade de lucros.

## 3 - FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL (RESOLUÇÃO CFC nº 1.330/11 - ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contem o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no "Diário" da Entidade.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apóiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantem em boa ordem a documentação contábil.

### 4 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

- a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC -TG 03) Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26) Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.
- b) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.
- c) Imobilizado: Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição. Conforme determina Cláusula 6ª do Termo de Colaboração firmado com o Município de São Bernardo do Campo e artigo 25 da Resolução CD/FNDE 10/2013, os ativos imobilizados foram doados ao Município de São Bernardo do Campo pelo custo de aquisição, para que sejam tombados e incorporados ao seu patrimônio publico cabendo a Entidade a responsabilidade pela sua guarda e conservação.
- d) Passivo Circulante e Não Circulante: O passivo circulante é demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridas até a data do balanço patrimonial. A Entidade não realizou atividades que resultassem informações no passivo não circulante.
- e) As Despesas e as Receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência.
- f) Apuração do Resultado: O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência.

## 5 – OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo credor e reprogramado dos Recursos de Entidade Publica Nacional – Governo Municipal e Governo Federal, obrigações fiscais, tributárias.

#### 6 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do resultado do exercício período.

#### 7 - AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram escriturados no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios Anteriores os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior **ou mudança de critérios contábeis** que vinham sendo utilizados pela Entidade.

Rubricas	Saldo em 2016 R\$	Valor Ajustado R\$	Saldo em 2017
Patrimônio Líquido	5.424,48	-5.424,48	0,00
Patrimônio Social	5.424,48	-5.424,48	0,00

### 8 - SUBVENÇÕES E/OU CONVÊNIOS PÚBLICOS (Resolução CFC nº. 1.305/10 - NBC TG 07)

São recursos financeiros provenientes de Termo de Colaboração e Convênio firmados com órgãos governamentais, e tem como objetivo principal operacionalizar atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. O Termo de Colaboração e Convênio firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais a entidade atendeu a Resolução Nº. 1.305/10 do Conselho Federal de Contabilidade/CFC que aprovou a NBC TG 07- Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002.

A Entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Municipal e Federal:

Exercício	Concedente	Valor Recebido R\$	Valor Realizado R\$
2017	Governo Municipal	39.920,00	40.147,96
2017	Rendimentos de Aplicações Financeiras	240,29	
2017	Governo Federal – FNDE – PDDE	10.920,00	11.208,33
2017	Rendimentos de Aplicações Financeiras	310,02	

Exercício	Concedente	Valor Recebido R\$	Valor Realizado R\$
2016	Governo Municipal	41.671,30	42.570,86
2016	Rendimentos de Aplicações Financeiras	956,01	
2016	Governo Federal – FNDE – PDDE	20.740,00	19.865,29
2016	Rendimentos de Aplicações Financeiras	1.003,39	

### 9 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício de 2016 foi incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/12 que aprovou a ITG 2002.

## 10 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do CFC N°. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. O Método na elaboração do Fluxo de Caixa que a Entidade optou foi o DIRETO.

São Bernardo do Campo, 31 de dez	embro de 2017.
 Maria de Santana da Cruz	
Diretora Executiva	
Maria da Laurdas Dasha	
Maria de Lourdes Rocha	
Contadora – CRC 1SP215598/O-9	